

Declaração n.º 140/2015

Por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna, de 25 de maio de 2015, a Guarda Principal de Infantaria n.º 2010106 Maria Joana Florentino Casanova Fernandes, da Guarda Nacional Republicana, foi autorizado a aceitar e usar a medalha cobreada de Dador Benévolo de Sangue, concedida por S. Ex.ª o Ministro da Saúde.

5 de junho de 2015. — O Diretor de Justiça e Disciplina, *José Carlos Alves Gorgulho Santos*, Tenente-Coronel.

208723574

Declaração n.º 141/2015

Por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna, de 29 de maio de 2015, foi aplicada a pena disciplinar de reforma compulsiva, ao abrigo do disposto no artigo 27.º, alínea e), e do artigo 32.º, conjugados com o artigo 41.º, n.º 2, alínea c), todos do Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Lei n.º 145/99, de 1 de setembro, ao Guarda n.º 1920179 — José Carlos Pereira Vieira Códesso, do Comando Territorial de Lisboa da Guarda Nacional Republicana.

(Esta Declaração é feita nos termos do artigo 36.º, n.º 3, do Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana aprovado em anexo à Lei n.º 145/99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66/2014, de 28 de agosto.)

8 de junho de 2015. — O Diretor de Justiça e Disciplina, *José Carlos Alves Gorgulho Santos*, Tenente-Coronel.

208723509

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**Despacho (extrato) n.º 6865/2015**

Por despacho de 10-04-2015 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e ao abrigo do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho é autorizada a licença sem remuneração requerida pela assistente técnica Raquel Maria Lobato de Faria Pinheiro da Silva, com início a 01-08-2015 e *terminus* a 01-08-2020.

11 de junho de 2015. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

208719362

Despacho (extrato) n.º 6866/2015

Por despacho de 09-06-2015 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da Técnica Superior, Marta Pereira Brás Ferreira Condeço, nos termos do n.º 3, 4.º e 5.º do art.º 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, passando a integrar o mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com efeitos à data do despacho.

12 de junho de 2015. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

208721338

Despacho (extrato) n.º 6867/2015

Por despacho de 09-06-2015 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da Assistente Técnica, Cecília Manuela Costa Soares, nos termos do n.º 3, 4.º e 5.º do art.º 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, passando a integrar o mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com efeitos à data do despacho.

12 de junho de 2015. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

208721443

Despacho (extrato) n.º 6868/2015

Por despacho de 12-06-2015 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do Assistente Técnico, Marcos Roberto Franco Rebelo, nos termos do n.º 3, 4.º e 5.º do art.º 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, passando a integrar o mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com efeitos à data do despacho.

12 de junho de 2015. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

208721395

Despacho (extrato) n.º 6869/2015

Por despacho de 12-06-2015 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e ao abrigo do artigo 280.º, n.º 1 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho é autorizada a prorrogação da licença sem remuneração pelo período de 2 anos, com efeitos a partir de 12-06-2015, do Especialista de Informática, João Luís Farinhote Vaz de Azevedo.

15 de junho de 2015. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

208722561

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete da Ministra****Despacho n.º 6870/2015**

Pedido de escusa do cargo de juíza social de Elsa de Fátima de Freitas, nomeada juíza social para as causas previstas no n.º 2 do art.º 30.º da Lei Tutelar Educativa e no art.º 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo da competência da 1.ª Secção de Família e Menores da Instância Central da Comarca de Lisboa, pelo meu Despacho n.º 3417/2015, de 22 de janeiro, publicado na II Série do Diário da República, n.º 65, de 2 de abril de 2015.

Com os fundamentos constantes da nota interna da Adjunta deste Gabinete, datada de 25/5/2015, defiro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, o pedido de escusa do cargo de Juíza Social apresentado por Elsa de Fátima de Freitas, de acordo com a razão justificativa apresentada pela mesma em requerimento expedido para o meu Gabinete em 18/5/2015.

Notifique-se a requerente e o Conselho Superior da Magistratura.

12 de junho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

208721938

Despacho n.º 6871/2015

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a Gouveia, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido Decreto-Lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

12 de junho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca, previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Comarca da Guarda — Gouveia**Efetivos**

Adelaide Maria Albuquerque Pais Amaral
Ana Rita Noutel Oliveira
Maria Manuela da Costa Rodrigues
Rita Isabel Ferreira Carvalho
Rosa Maria Borges Figueiredo Fidalgo
Sandra de Azevedo Tavares

208721979

Direção-Geral da Administração da Justiça**Despacho (extrato) n.º 6872/2015**

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 14 de maio de 2015, autorizei a consolidação definitiva da mobilidade interna, na carreira

e categoria de assistente técnico de Carlos Manuel Gamito Barão de Oliveira, no mapa de pessoal do Núcleo de Setúbal, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, auferindo a remuneração base entre as 2.ª e 3.ª posições remuneratórias da carreira de assistente técnico e o nível remuneratório entre 7 e 8 da Tabela Remuneratória Única, nos termos previstos no artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de junho de 2015.

12 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
208720739

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 6848/2015

Recrutamento de 4 Técnicos Superiores (m/f), para o exercício de funções na modalidade de mobilidade na categoria, para o Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 4 Técnicos Superiores (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções no Gabinete de Relações Internacionais da mesma Direção-Geral, na modalidade de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os postos de trabalho e com os requisitos a seguir discriminados:

I — Recrutamento de 1 Técnico Superior para a Unidade para a Justiça Penal do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça:

1 — Área de recrutamento — carreira Técnica Superior com Licenciatura em Direito.

2 — Requisitos adicionais:

- a) Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de outra língua estrangeira, em especial de francês e espanhol;
- b) Bons conhecimentos de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da União Europeia e Direito Internacional Público;
- c) Experiência anterior no domínio das relações internacionais, em especial no contexto das instituições europeias.

II — Recrutamento de 1 Técnico Superior para a Unidade para a Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça:

1 — Área de recrutamento — carreira Técnica Superior com Licenciatura em Direito.

2 — Requisitos adicionais:

- a) Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de outra língua estrangeira, em especial de francês e espanhol;
- b) Bons conhecimentos de Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direito Civil (Obrigações, Família e Sucessões);
- c) Experiência anterior no domínio das relações internacionais, em especial no contexto das instituições europeias.

III — Recrutamento de 2 Técnicos Superiores para a Unidade para a Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça:

1 — Área de recrutamento — carreira Técnica Superior com Licenciatura em Direito ou Relações Internacionais.

2 — Requisitos adicionais:

- a) Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de outra língua estrangeira, em especial de espanhol;
- b) Bons conhecimentos de Direito Internacional Público e Direito Constitucional, no caso da Licenciatura em Direito;
- c) Experiência anterior no domínio das relações internacionais.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detêm, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado

e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade interna”, dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3
Campus da Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

9 de junho de 2015. — A Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, *Susana Antas Videira*.

208718236

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Declaração de retificação n.º 524/2015

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2015, o Despacho n.º 6361/2015, retifica-se que, na «Data de início», onde se lê «2015-05-01» deve ler-se «2015-06-01».

9 de junho de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Marques dos Santos*.

208722367

Declaração de retificação n.º 525/2015

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2015, o Despacho n.º 6362/2015, retifica-se que, na «Data de início», onde se lê «2015-05-01» deve ler-se «2015-06-01».

9 de junho de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Marques dos Santos*.

208722423

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Despacho n.º 6873/2015

Designação em Comissão de Serviço, do licenciado Luís Filipe de Noronha e Távora no cargo de Chefe de Divisão de Comunicação e Relações Públicas da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e por último alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi, por deliberação de 08 de junho de 2015, do Conselho Diretivo da APA, I. P., designado, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, para o cargo de Chefe de Divisão de Comunicação e Relações Públicas (cargo de direção intermédia de 2.º grau), o Licenciado Luís Filipe de Noronha e Távora, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na síntese curricular em anexo.

12 de junho de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.